
Estradas tortuosas para o Memorial DOI-Codi (São Paulo, Brasil)¹

Deborah Neves

1. Introdução

Em 2024, o Brasil comemorou 60 anos do golpe que instalou uma ditadura civil-militar de 21 anos. Entretanto, o clima de apreensão era generalizado diante das ameaças à democracia e do avanço da extrema direita, fenômeno que ameaça as conquistas da civilização e dos Direitos Humanos no Ocidente, incluindo a União Europeia.

A situação tem exigido que as forças progressistas assumam uma postura clara na rejeição às ditaduras e à violência que ainda se perpetua nas políticas de Estado devido ao legado de regimes autoritários; no entanto, no Brasil ainda é um desafio rejeitar publicamente a ditadura. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por exemplo, impediu que ministérios promovessem atos oficiais de repúdio à ditadura em 31 de março de 2024.

Apesar dessa interrupção de um debate público liderado pelo governo federal, houve declarações públicas de sete ministros de Estado. Também houve mobilizações da sociedade civil para relembrar a data e exigir a reintegração da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, que dentro dos princípios da Justiça de Transição – Memória, Verdade e Justiça –, se enquadra na categoria da "verdade". No eixo da memória, as demandas de rememoração reivindicam a criação de pelo menos três museus sobre o tema, a serem instalados em locais utilizados para a repressão durante a ditadura: o antigo prédio do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), no Rio de Janeiro, a Casa da Morte, em Petrópolis, e as antigas instalações da Oban/DOI-Codi, em São Paulo.

Nesta comunicação, meu foco será o último caso. Criado em 1969 por um consórcio formado pelo Governo do Estado de São Paulo, pelo Exército e por grandes empresas, o DOI-Codi foi inicialmente denominado Operação Bandeirante. Foi instalado nas dependências do 2º Batalhão de Reconhecimento Mecanizado da Polícia do Exército, a apenas um quilômetro do local para onde seria posteriormente transferido, na Rua Tutoia, 921, ocupando metade da 36ª Delegacia de Polícia e um anexo nos fundos do imóvel. Esse órgão foi responsável por ao menos 7 mil interrogatórios, todos com algum grau de tortura, e por 17% dos desaparecimentos políticos durante a ditadura no Brasil. A delegacia ainda está em funcionamento e, apesar de algumas mudanças estruturais, o complexo é muito semelhante à sua forma da década de 1970.

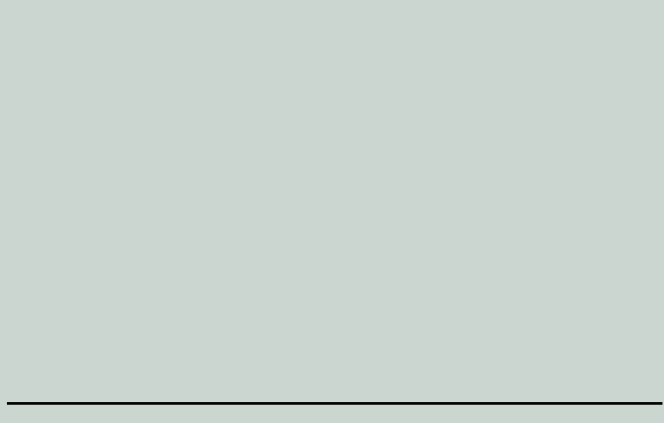
A criação da Operação Bandeirante (Oban) e a estrutura de repressão nacional liderada pelo DOI-Codi

A Operação Bandeirante (Oban) foi estabelecida em junho de 1969 como uma estrutura militar não institucional que operou de forma clandestina e ilegal, com o objetivo de enfrentar a "guerrilha urbana" no contexto da crescente oposição ao regime, particularmente evidente em 1968. Este período foi caracterizado por marchas e protestos, reunindo multidões, desafios às restrições às liberdades políticas e oposição às políticas de exceção, que permaneceram em vigor por mais tempo do que a promessa inicial quando da deflagração do golpe em 1964.

O ano de 1969 foi fundamental para a organização desse sistema clandestino de repressão, como evidenciado pela deserção do Capitão do Exército Carlos Lamarca, líder da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Lamarca subtraiu armas do Quartel de Quitaúna, na cidade de Osasco, na região metropolitana de São Paulo, em janeiro. Esse episódio trouxe à tona as fraquezas inerentes aos sistemas de investigação empregados pela polícia e pelo Exército. A incapacidade de antecipar ações de oposição criou o contexto necessário para que o novo aparato fosse estruturado:

[...] nossas polícias, acostumadas até então a enfrentar, somente, a subversão praticada pelo PCB, PC do B e pela AP,² foram surpreendidas e não estavam preparadas para um novo tipo de luta que surgia, a Guerrilha Urbana. Até dentro das Forças Armadas, sentiu-se que elas não estavam preparadas para enfrentar com os meios disponíveis e as técnicas usadas, até o momento, a Guerrilha Urbana. (Pereira, 1978, p.4)

A Oban nasceu como resposta a essa fraqueza, diagnosticada após o triunfo da audácia de Lamarca, que expôs o regime e sua ineficiência. O nome da operação militar não é aleatório: bandeirantes foram expedicionários contratados pela Coroa Portuguesa durante o período colonial para explorar terras e descobrir minas de pedras e



metais preciosos; foram responsáveis pela expansão do território português para além dos limites acordados no Tratado de Tordesilhas, cujas práticas já haviam sido denunciadas pelos jesuítas no século xvi por conta do uso da violência e da escravização de povos indígenas e pessoas pretas aquilombadas. O termo também é usado para se referir a indivíduos nascidos no estado de São Paulo, e é frequentemente empregado como sinônimo de "paulista" (Waldman, 2018). Dado que a operação foi concebida e desenvolvida em São Paulo, é improvável que se trate de uma coincidência.

A evocação aos bandeirantes na formação e operação de uma força paramilitar dentro do Exército Brasileiro em 1969 exemplifica a natureza ambivalente do termo, traçando um paralelo com a ambiguidade em torno da ditadura: enquanto alguns os veem como heróis, outros os condenam como criminosos. Godoy (2014, p.117-118) afirma que havia uma percepção dentro das Forças Armadas de que órgãos como a Oban poderiam ser considerados "como algo a ser temido ou odiado", porque "a existência do próprio Estado em si está em jogo". É o mesmo argumento empregado por quem percebe os bandeirantes como heróis. De fato, pode-se argumentar que o Brasil não seria o mesmo país hoje, em termos de sua extensão territorial, sem seus esforços. Do ponto de vista dos militares, que estavam alinhados com as visões de Maquiavel, o fim justificava os meios. O golpe foi posteriormente apresentado como uma revolução e saudado como um meio de "salvar o Brasil".

Os bandeirantes contemporâneos eram agentes do Estado, operando dentro das várias forças de repressão do estado de São Paulo. Essas incluíam a Polícia Civil e, em particular, a Polícia Militar, bem como as forças militares, nomeadamente o Centro de Informação do Exército (CIE) e o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa). Eles eram empregados em "missões", realizando tarefas que haviam sido encomendados para executar, de maneira semelhante à observada durante o período colonial. Seu papel era voluntário, sem obrigação de servir na Oban.

Financiados pela iniciativa privada, os bandeirantes contemporâneos recebiam "recompensas (...) gratificações [que] chegavam como salário complementar, emprego paralelo, vantagens pessoais e ajuda material" (Souza, 2000, p.13). A operação recebeu veículos, incluindo carros e caminhões, além de combustível e outros recursos, garantidos por captação de recursos organizada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

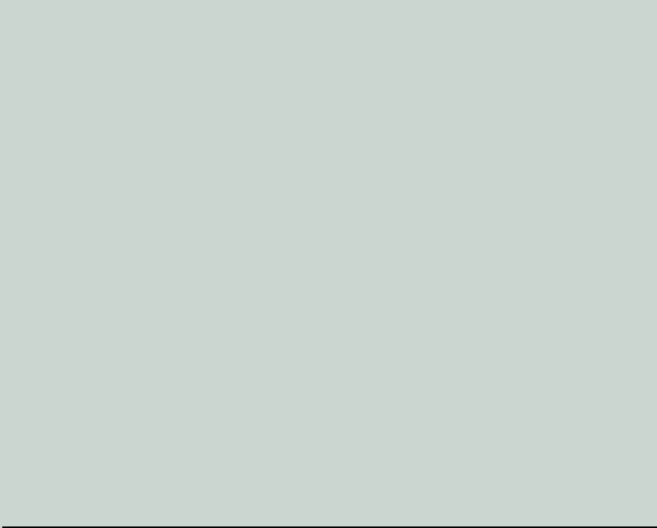
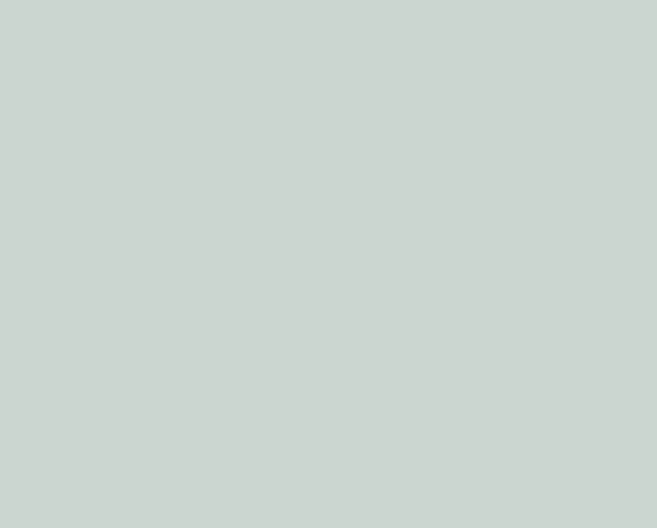
No entanto, o DOI-Codi de São Paulo era inquestionavelmente o mais proeminente e influente no país, conduzindo até mesmo operações fora do estado de São Paulo.

(Fiesp), que recebeu contribuições de uma série de empresas, incluindo bancos (Itaú, Mercantil), fabricantes de veículos (Scania, Volkswagen, Ford, Chrysler, De Nigris) e distribuidoras de combustíveis (Ultragaz) (Brasil Nunca Mais, 1985; Casado; Otávio, 2013). Além disso, a imprensa (Folha da Manhã) e outras fontes não identificadas forneceram apoio. É necessária uma investigação mais aprofundada para determinar a lista completa de colaboradores.³

O feito inaugural significativo da Oban foi a apreensão, o assassinato e o subsequente desaparecimento de Virgílio Gomes da Silva, proletário e ativista da Ação Libertadora Nacional (ALN) que orquestrou o sequestro de Charles Burke Elbrick, então embaixador dos Estados Unidos no Brasil, entre 4 e 7 de setembro de 1969. Em 29 de setembro, Virgílio foi preso por agentes da Oban no centro de São Paulo, transportado para as instalações da Oban e submetido à tortura que o levou à morte; o corpo permanece desaparecido – o primeiro do regime – até os dias atuais. O sucesso desta operação contribuiu para o prestígio da recém-criada operação, marcando o início do processo de desmantelamento da ALN. Esse processo resultou inicialmente na perda de Virgílio e, posteriormente, em novembro de 1969, de Carlos Marighella, que foi morto em uma emboscada organizada pelo Dops.

Em pouco mais de um ano, a Oban realizou 111 incursões nas instalações de organizações de esquerda, designadas como "aparelhos", e encaminhou 412 indivíduos para a execução de processos judiciais. Além disso, o grupo desmantelou e prendeu líderes de várias organizações, incluindo a VAR-Palmares, a Ala Vermelha do PC do B, a Frente Armada de Libertação Nacional e a Frente Estudantil pela Luta Armada (Joffily, 2013, p.49-50).

Consequentemente, a Operação Bandeirante foi considerada um sucesso e pavimentou o caminho para sua institucionalização dentro do Exército, sob a designação de Destacamento de Operações de Informações (DOI), subordinado ao Centro de Operações de Defesa Interna (Codi) em setembro de 1970, para ser "[...] o órgão operacional responsável pelo combate às organizações subversivas-ter-



roristas que operam na Zona de Defesa Interna II [...]” cuja “[...] missão é desmontar toda a estrutura de pessoal e de material dessas organizações [de esquerda], bem como impedir sua reorganização” (Pereira, 1978, p.16, 20).

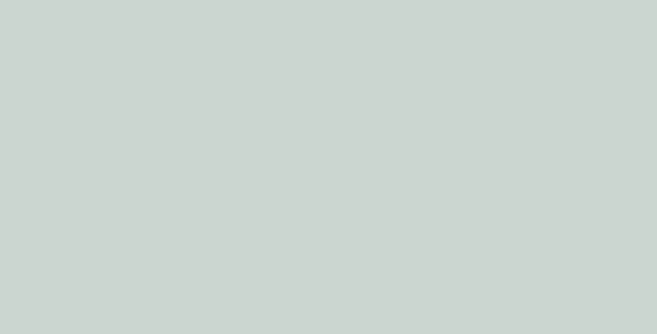
Ademais, o DOI-Codi foi estabelecido em outras cidades brasileiras, incluindo Rio de Janeiro, Recife e Brasília, em 1970, bem como Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Belém e Fortaleza, em 1971, e Porto Alegre, em 1974, organizando um sistema de segurança nacional. No entanto, o DOI-Codi de São Paulo era inquestionavelmente o mais proeminente e influente no país, conduzindo até mesmo operações fora do estado de São Paulo.

O DOI-Codi foi formalmente dissolvido por uma Portaria Interministerial em 18 de janeiro de 1982. No entanto, continuou a funcionar como uma agência de inteligência, operando sob a designação Subseção de Operações (SOP), função que detinha desde 1977. Foi totalmente dissolvido em 1991, com a Polícia Civil e Militar retomando suas funções em seu corpo original sem qualquer forma de sanção (Godoy, 2015.)

2. O contexto de retorno à democracia

A transição para a democracia começou em 1979 com a promulgação da Lei n. 6.689/1979, comumente chamada de Lei de Anistia, aprovada como resultado de um processo que envolveu a mobilização da sociedade civil e uma votação particularmente contenciosa no Congresso. Concedeu anistia a todos os indivíduos que haviam sido perseguidos por razões políticas, bem como àqueles que haviam cometido quaisquer crimes políticos ou "conexos". Esse termo é significativo porque foi a base legal para a concessão de anistia a agentes estatais que perpetraram violações de Direitos Humanos. A autoanistia declarada pelos militares impediu a possibilidade de punição legal para os responsáveis, apesar de tais crimes serem definidos como imprescritíveis no Direito brasileiro.

O início dos anos 1980 foi caracterizado por uma série de manifestações em larga escala organizadas por grupos da sociedade civil, que exigiam eleições diretas. Em resposta às atrocidades cometidas pela ditadura, organizações da sociedade civil passaram a denunciar publicamente o regime, exigindo reparações para os ex-prisonei-



ros políticos, as famílias dos mortos e desaparecidos e a preservação da memória da história recente de violações dos direitos humanos perpetradas pelo Estado brasileiro.

Reconhecer lugares de memória ligados à ditadura como patrimônio cultural foi uma das formas de alcançar a reparação política e social. Três locais significativos na cidade de São Paulo foram objeto de pedidos de tombamento (Neves, 2012): em 1983 o edifício do Teatro Oficina, que representa um importante local de manifestação artística de resistência cultural e intelectual; o Arco do Presídio Tiradentes, tombado em 1985, um remanescente do antigo edifício que foi demolido em 1973 – essa estrutura operou como prisão desde pelo menos 1840, servindo como local de comércio de pessoas escravizadas e como prisão política durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945) e a subsequente ditadura militar; e os edifícios da antiga sede da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, conhecido como prédio da Maria Antônia, que têm significado histórico devido à sua associação a Batalha da Maria Antônia, marco no ativismo estudantil, reconhecido como patrimônio em 1988.

Após um hiato de onze anos, o Condephaat retomou o tombamento de um lugar de memória associado à ditadura, em 1999. Trata-se do prédio que abrigou a Delegacia de Ordem Política e Social, por aproximadamente 45 anos. Essa instituição foi um dos principais instrumentos da repressão brasileira ao longo do século xx e foi estabelecida em São Paulo em 1920. Ademais, esse modelo também foi disseminado no Brasil durante o período do Estado Novo, como ocorreu no caso da Oban. Apesar da extinção do Dops em 1983, o edifício foi utilizado pela Polícia Civil até 1997. A sede do Dops era o único local tombado que havia sido usado para fins de repressão estatal, já que o Presídio Tiradentes fora demolido em 1973. Como resultado dos esforços dos familiares das vítimas da ditadura e ex-prisoneiros, o Memorial da Resistência de São Paulo foi instalado neste edifício desde 2008. Não obstante as alterações introduzidas por um projeto de renovação sem escrúpulos que obliterou evidências da ocupação do Dops e dos prisoneiros, o museu continua sendo a única instituição em São Paulo dedicada a preservar a memória da resistência da população durante o período republicano, com foco particular no período da ditadura (Neves, 2018; Valle, 2012).

O DOI-Codi foi tombado quinze anos depois, e os erros cometidos na preservação do Dops não poderiam ser repetidos. Ainda, era essencial compreender o significado da preservação como um passo preliminar crucial na criação de um museu que elucidasse a história do mais importante órgão repressivo da ditadura brasileira.

Os pedidos são consequência da intensificação da crise política no Brasil a partir de 2013, que foi ainda mais exacerbada por divisões dentro do Congresso Nacional.

Apesar de a proposta de memorial no local não ter se concretizado, escolas e pesquisadores iniciaram pedidos de visitas mediadas ao local, lideradas por Neves a partir de 2016. Os pedidos são consequência da intensificação da crise política no Brasil a partir de 2013, que foi ainda mais exacerbada por divisões dentro do Congresso Nacional. Estas deram origem a um cisma marcante na sociedade brasileira. É possível situar esse momento político em relação à estrutura organizacional partidária de extrema direita, fenômeno que só ocorreu anteriormente no Brasil na década de 1930 com a formação da Ação Integralista Brasileira.

O DOI-Codi foi tombado quinze anos depois, e os erros cometidos na preservação do Dops não poderiam ser repetidos.

3. Reconhecimento como patrimônio cultural e a concepção da ideia de um museu

A luta para preservar a antiga sede do DOI-Codi começou em 2010. O pedido de tombamento, apresentado em abril de 2010, foi assinado por Ivan Akselrud Seixas, militante do Movimento Revolucionário Tiradentes⁴, que foi preso aos 16 anos junto com seu pai, Joaquim Alençar de Seixas, assassinado sob tortura no DOI-Codi em 1971. O pedido foi endossado por organizações da sociedade civil e pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (Condepe), órgão colegiado da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania. Na carta solicitando o tombamento do DOI-Codi, Seixas justifica "devido à sua importância histórica e ao relevante papel didático que o referido prédio tem para as gerações de jovens brasileiros, que ignoram as atrocidades ali cometidas". Ele enfatiza que o tombamento "garantirá a preservação deste importante documento físico de nossa História recente" (Seixas, 2010).

Após um exame inicial das evidências disponíveis na solicitação de tombamento, a autora deste artigo, na função de responsável técnica pela instrução do processo administrativo, propôs o seguinte:

(...) preservar o local onde foi o Doi-Codi é estabelecer um nex0 entre passado e presente e para manter a lógica do lugar de memória, seria interessante que ali se mantivesse o uso para a polícia e local de uso coletivo, como um memorial ou centro de estudos referenciados da violência, permitindo que a conotação do local não se perca. (NEVES, 2010, p.9)

A proposta tinha precedentes: em 1995, Luiz Paulo Costa, que ali foi torturado em 1975, solicitou formalmente ao então governador Mario Covas a transformação do antigo DOI-Codi em um museu (Ottononi, 1995, p.C3), mas não recebeu resposta. Ademais, a conceituação de locais de memória passou por uma evolução considerável na

América Latina a partir da década de 2000. A região já havia testemunhado a musealização de locais onde atos criminosos tinham ocorrido (Esma, na Argentina, e Londres 38 no Chile, por exemplo), inspiradas pela designação de Auschwitz pela Unesco como Patrimônio da Humanidade em 1979.

Em 2004, na conjuntura política que incluiu o tombamento e a decisão de transformar o *Casino de Oficiales* (Esma) em um museu, o então governador Geraldo Alckimin rejeitou a proposta de estabelecer um museu no antigo DOI-Codi (Gaspari, 2004). A questão foi posteriormente revisitada pelo Governo do Estado de São Paulo em 2008, na inauguração do Memorial da Resistência, instalado no antigo Dops. Naquela época, o vice-governador Alberto Goldman, que foi perseguido e preso durante a ditadura, sugeriu ao então governador José Serra que o DOI-Codi fosse transformado em um memorial, argumentando que a história do órgão era "muito pior" do que a do Dops (Aragão, 2008).

As circunstâncias políticas para o debate sobre o tombamento e a criação de um museu no antigo DOI-Codi tornaram-se propícias após a instalação da Comissão Nacional da Verdade em maio de 2012. Em agosto, o Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão expressou ao Condephaat seu apoio ao tombamento, enfatizando a "relevância das medidas de criação de espaços de memória sobre graves violações dos direitos humanos" como um "importante mecanismo de concretização do princípio da não repetição" (Weichert, 2012). O estabelecimento de um museu no local foi tacitamente endossado como um meio de alcançar a justiça de transição, um objetivo fundamental do Gabinete do Procurador.

Em setembro, a jornalista Monica Bergamo publicou uma nota em sua coluna de jornal na qual informou que José Carlos Dias, ex-ministro da Justiça (1999-2000) e membro da Comissão Nacional da Verdade, pediria que o governador Geraldo Alckimin tombasse o DOI-Codi. No entanto, o discurso do ministro se estendeu além do marco histórico do local; ele afirmou que "não é possível que naquele local ainda funcione uma delegacia. Temos que respeitar a memória dos que lá tombaram" (Comissão vai..., 2012). Dois dias depois, Bergamo publicou que Dias afirmou ter recebido um telefonema do governador indicando interesse no assunto (Bergamo, 2012), representando uma mudança em relação à postura adotada em 2004. Consequentemente, em 10 de outubro, Claudio Fonteles, ex-presidente da CNV, emitiu o Ofício n.306/2012-CNV, que foi dirigido ao governador. Nesta carta, fez uma recomendação:

(...) dando, inclusive, sequência a entendimentos anteriormente encetados, promova Vossa Excelência alteração na destinação dessa área para que se constitua em espaço continuamente aberto ao público, a que se tenha conhecimento amplo das mazelas do período histórico vivido, sob o regime ditatorial, a tanto se promovendo atividades artísticas e culturais, expressões vivas do resgate da Memória, da Verdade e da Justiça. (CNV, 2012)

(...) dando, inclusive, sequência a entendimentos anteriormente encetados, promova Vossa Excelência alteração na destinação dessa área para que se constitua em espaço continuamente aberto ao público, a que se tenha conhecimento amplo das mazelas do período histórico vivido, sob o regime ditatorial, a tanto se promovendo atividades artísticas e culturais, expressões vivas do resgate da Memória, da Verdade e da Justiça. (CNV, 2012)

O pedido de tombamento foi instruído por Neves (2013), que indicou o tombamento e medidas adicionais, como a articulação entre diferentes níveis de governo e seus órgãos executivos, "a fim de elaborar uma política pública para a recuperação, valorização e promoção das memórias do período da mais recente Ditadura Civil-Militar". Neves também enfatizou que "a mera preservação do ponto de vista do patrimônio cultural é insuficiente para produzir o impacto social positivo pretendido". À sugestão de tombamento seguiu-se a de conversão em um museu, com base em dois documentos: um interno, o "Plano Nacional de Direitos Humanos 3" e outro externo, os "Princípios fundamentais para as políticas públicas sobre lugares de memória". O último foi assinado pelo Brasil no âmbito do Mercosul em 2012. (Neves, 2013:134-135).

Em voto de relatoria ao Condephaat, a conselheira Silvana Rubino, professora da Unicamp, expressou seu apoio ao tombamento proposto, enfatizando o significado histórico dos edifícios, a despeito de méritos arquitetônicos ou da adesão a princípios como originalidade e autenticidade. Ela destaca que a encenação do suicídio de Vladimir Herzog nessas instalações teve um impacto transformador na história brasileira, precipitando mobilizações sociais generalizadas e greves de trabalhadores que conduziram ao final da ditadura. Rubino conclui dizendo que, embora não seja competência do Condephaat determinar usos, é necessário que "o tombamento seja a medida inicial se fazer desse espaço um memorial aberto ao público", de modo que o "sentido desse tombamento deve ser a criação de um lugar de memória, verdade e justiça" (Rubino, 2013). O Condephaat deliberou favoravelmente ao tombamento em 27 de janeiro de 2014.

Após o tombamento, a instalação do museu, compromisso assumido pelo então governador Geraldo Alckimin, não foi cumprida devido a pre-

ocupações com as possíveis consequências políticas em realocar a delegacia. Embora esta decisão tenha sido favorável aos interesses dos moradores do bairro – que se manifestaram em abaixo-assinado contra o fechamento da delegacia, em última análise, tendeu a ser um erro político de Estado.

Uma década depois, as advertências emitidas por Neves e Rubino ainda ressoam; elas observaram que o processo de tombamento constituía apenas a fase inicial do trabalho da memória. As recomendações apresentadas pela Comissão Nacional da Verdade permanecem não cumpridas. Os edifícios do DOI-Codi ainda não foram transformados em um memorial dedicado a contar a história do órgão, da ditadura e dos mais de 7 mil indivíduos que foram mantidos lá, dos quais pelo menos 79 morreram (Godoy, 2015, p.482).

Os pedidos são consequência da intensificação da crise política no Brasil a partir de 2013, que foi ainda mais exacerbada por divisões dentro do Congresso Nacional.

Apesar de a proposta de memorial no local não ter se concretizado, escolas e pesquisadores iniciaram pedidos de visitas mediadas ao local, lideradas por Neves a partir de 2016. Os pedidos são consequência da intensificação da crise política no Brasil a partir de 2013, que foi ainda mais exacerbada por divisões dentro do Congresso Nacional. Estas deram origem a um cisma marcante na sociedade brasileira. É possível situar esse momento político em relação à estrutura organizacional partidária de extrema direita, fenômeno que só ocorreu anteriormente no Brasil na década de 1930 com a formação da Ação Integralista Brasileira.

Apesar de a proposta de memorial no local não ter se concretizado, escolas e pesquisadores iniciaram pedidos de visitas mediadas ao local, lideradas por Neves a partir de 2016. Os pedidos são consequência da intensificação da crise política no Brasil a partir de 2013, que foi ainda mais exacerbada por divisões dentro do Congresso Nacional. Estas deram origem a um cisma marcante na sociedade brasileira. É possível situar esse momento político em relação à estrutura organizacional partidária de extrema direita, fenômeno que só ocorreu anteriormente no Brasil na década de 1930 com a formação da Ação Integralista Brasileira.

4. Um Grupo de Trabalho para a construção coletiva do Memorial DOI-Codi

Apesar de a proposta de memorial no local não ter se concretizado, escolas e pesquisadores iniciaram pedidos de visitas mediadas ao local, lideradas por Neves a partir de 2016. Os pedidos são consequência da intensificação da crise política no Brasil a partir de 2013, que foi ainda mais exacerbada por divisões dentro do Congresso Nacional. Estas deram origem a um cisma marcante na sociedade brasileira. É possível situar esse momento político em relação à estrutura organizacional partidária de extrema direita, fenômeno que só ocorreu anteriormente no Brasil na década de 1930 com a formação da Ação Integralista Brasileira.

dos e estão sendo mantidos no Memorial da Resistência, até que o Memorial DOI-Codi seja estabelecido.

Como resultado do trabalho do grupo, o local foi georreferenciado e foram feitos levantamentos georadar no terreno e em duas construções do complexo para identificar e datar alterações estruturais. Em 2021, Neves localizou as plantas originais de dois prédios onde ocorreram prisão e tortura e o confronto com a edificação atual mostrou o quão pouco o espaço havia mudado do ponto de vista estrutural. Realizou-se também um trabalho de digitalização 3D de dois edifícios que permite a visita virtual e iniciou a criação do memorial virtual DOI-Codi (memorialdoicodi.unifesp.br).

Após três anos de tentativas, no final de 2022, obteve-se o financiamento para as escavações, pesquisa forense e arqueologia pública por parte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), complementado pela Diretoria Executiva de Direitos Humanos da Unicamp. Com recursos limitados, a pesquisa contou com pesquisadores e trabalhadores voluntários, acompanhados por uma equipe de filmagem da Manjeirão Filmes, que também se voluntariou para trabalhar na pesquisa, realizada entre 2 e 14 de agosto de 2023 e atualmente produz um documentário intitulado “Arqueologia da tortura”, para publicizar os resultados dos trabalhos de arqueologia e do GT Memorial DOI-Codi.

O trabalho foi realizado em três frentes arqueológicas: histórica, forense e pública. A parte histórica foi realizada por Andres Zarankin e sua equipe, que encontraram objetos como louças, frascos de perfume, embalagens de chocolate e doces, jornais da década de 1970 que podem ajudar a explicar o cotidiano do antigo complexo e materiais de construção que mostram as mudanças feitas no espaço. Um tinteiro de vidro também foi encontrado perto do local onde os detidos eram registrados, ligando o objeto aos testemunhos de sobreviventes e aos formulários de registro nos quais as impressões digitais daqueles que foram levados para lá foram registradas.

A pesquisa forense realizada por Claudia Plens e sua equipe, com base na prospecção estratigráfica das paredes, identificou uma inscrição reproduzindo um calendário para os meses de outubro e novembro, datados de 1970 ou 1981, no banheiro do segundo andar. Das janelas de prospecção investigadas para vestígios biológicos, duas reagiram com luminol, mas após análises laboratoriais o resultado foi inconclusivo, abrindo caminho para se pensar estratégias de conservação para espaços como

Em 2016, foi apresentada uma queixa formal pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo sobre o abandono do edifício, que posteriormente levou à instauração de um inquérito civil pelo Ministério Público Estadual. Em 2017, conseqüentemente, o Ministério Público convocou a Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), responsável pelo estudo do tombamento e conservação do edifício, para “[...] a elaboração de parecer acerca da viabilidade de imediata implantação de projeto de uso e aproveitamento do prédio onde funcionou o Doi-Codi (atualmente desocupado), como local de memória aberto à visitação pública visitação pública” (Ministério Público Estadual, 2017).

A coordenadora da UPPH, Valéria Rossi, pediu então a Deborah Neves que elaborasse estudos de viabilidade; Neves, por sua vez, propôs convidar o Núcleo de Preservação da Memória Política, o Instituto para Estudos da Violência de Estado, o Memorial da Resistência e o Laboratório de Arqueologia Pública da Unicamp e a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico, visando a construção conjunta de possibilidades de uso parcial dos edifícios. Em março de 2018, formou-se o embrião do que se tornou o Grupo de Trabalho Memorial DOI-Codi, constituído a partir de reuniões sucessivas e construção de planos para a musealização do espaço.

O GT decidiu que o foco principal do projeto do memorial deveria ser a pesquisa arqueológica, em virtude da previsão constante na Resolução de Tombamento, que visava proteger o edifício de intervenções similares às promovidas no prédio do Memorial da Resistência e que levaram ao apagamento de marcas físicas deixadas por presos e a demolição de celas construídas pelo Dops. Em 2019, a proposta de pesquisa arqueológica foi elaborada de forma participativa entre os membros do GT, baseada em documentos do processo de tombamento e nos testemunhos de sobreviventes. Devido à pandemia, o trabalho passou a ser realizado online, inaugurando uma nova experiência na coleta de testemunhos, realizada por Neves em parceria com o Memorial da Resistência, representado por Julia Gumieri, historiadora e pesquisadora do museu. O trabalho de coleta priorizou os idosos, mulheres e pessoas que ainda não haviam deixado seu registro. Até agora, trinta testemunhos foram registra-

este e também melhorar as técnicas de identificação; dada a história do edifício, é provável que seja um traço de violação de direitos humanos.

Por fim, a arqueologia pública foi coordenada por Aline Carvalho e Fernanda Teixeira Lima; durante os doze dias de trabalho, cerca de 900 pessoas foram atendidas em visitas mediadas, cinco oficinas com escolas públicas de ensino fundamental, duas oficinas de formação de professores, uma oficina de arqueologia forense, cinco mesas-redondas em parceria com o CPC/USP e o Sesc. Também foi realizada uma visita com 18 sobreviventes que compartilharam com os pesquisadores as memórias sobre os edifícios e suas experiências de trauma.

O impacto do trabalho na imprensa nacional e internacional (foram mais de 120 produções como matérias, podcasts, entrevistas, reportagens em rádio, tv, jornais e mídias sociais) contribuiu para a visibilidade do trabalho, que atraiu moradores e visitantes de outros estados, além de visitas da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e do Ministro de Direitos Humanos e da Cidadania.

O trabalho envolve parcerias com instituições estabelecidas no campo cultural em São Paulo, utilizando estruturas e recursos pré-existentes, permitindo baixos custos com alto impacto científico e social das atividades.

As atividades construídas coletivamente ao longo de sete anos vêm sendo divulgadas por meio das redes sociais, com destaque para o Instagram, onde são mantidos os perfis @arqueodoicodisp e @memorialdoicodisp, que juntos possuem mais de 5 mil seguidores.

A publicação da plataforma Memorial Virtual DOI-Codi pretende preencher a lacuna na existência física do museu-memorial⁵ não para substituí-lo, mas para engajar mais pessoas na pesquisa e na batalha por sua instalação definitiva. Uma visita virtual, independente ou guiada, não tem o mesmo impacto que estar fisicamente presente no espaço. A Declaração de Quebec (Icomos, 2008) inclui o conceito de “espírito do lugar”, “os elementos físicos e espirituais que dão significado, valor, emoção e mistério a um lugar”, dando-lhe um significado específico que não existe em outro lugar e não pode ser substituído. Gabi-Dolff Bonekämper (2002), por sua vez, fala da experiência insubstituível de estar presente

No caso do Memorial Virtual DOI-Codi, o equipamento poderá se tornar uma importante ferramenta para reforçar a urgência de criação de equipamentos nos prédios da Rua Tutoia.

em lugares de memória, que têm um efeito completamente diferente sobre as pessoas do que qualquer livro, filme ou imagem.

A pesquisa de Neves, portanto, visa extrair e sistematizar dados para evitar o senso comum no desenvolvimento do Memorial Virtual e sua tarefa de sustentar a mobilização em torno do memorial físico. As atividades são desenvolvidas sob a ótica da Nova Museologia (Teixeira, 2022), e concordamos com Pasqualucci (2020) que “se o museu pode emergir em função de um problema comunitário e promover ações sociais que desencadeiem uma consciência crítica e social, atualmente temos uma oportunidade única”.

O museu virtual garantirá o acesso a fontes documentais primárias e visa manter o trabalho curatorial em exposições virtuais. Pesquisadores, artistas e outras partes interessadas são convidados a contribuir para a construção coletiva do memorial virtual. Levy (1996), por exemplo, postula que o virtual existe como um canal de poder e, conseqüentemente, como um canal de realização. No caso do Memorial Virtual DOI-Codi, o equipamento poderá se tornar uma importante ferramenta para reforçar a urgência de criação de equipamentos nos prédios da Rua Tutoia. O Memorial Virtual tornará as imagens do edifício públicas e acessíveis, proporcionando uma experiência imersiva e divulgando a pesquisa científica que foi realizada ao longo de um período de seis anos.

